

> Boletim do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais    

## EDUCADORES E EDUCADORAS DE MINAS MARCHAM PELO PISO SALARIAL

**Da Praça do Trabalhador ao Palácio da Liberdade, mais de 10km percorridos sob sol forte.** Os profissionais da educação, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, mostraram que, mais do que disposição, também estão unidos e coesos em torno de suas demandas e na luta por seus direitos. A Marcha da Educação, no último dia 5 de abril de 2018, atividade pautada na assembleia estadual do dia 4 de abril, foi prova disso.

Logo cedo, às 5h da manhã, diversos educadores e educadoras, vindos de várias regiões do Estado, saíram da Praça do Trabalhador, em Contagem, rumo ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, em caminhada, num processo de diálogo constante com a sociedade, para reafirmar a luta da educação na busca de uma de suas maiores conquistas: o piso salarial.

O dia 5 de abril foi, portanto, uma data para marchar em defesa da educação pública de qualidade, pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e para ampliar o diálogo com a sociedade sobre os motivos que levaram os/as educadores/a deflagrarem greve no último dia 8 de março. Além do Piso, os/as educadores/as reivindicam que o governo do Estado coloque um fim no parcelamento dos salários e do 13º,



cumpra os acordos assinados, promova um atendimento de qualidade pelo Ipsemg e retome as nomeações de concurso público.

Em frente ao Palácio da Liberdade, os profissionais da educação enviaram um recado ao governador Fernando Pimentel reforçando que a greve da educação acontece por sua culpa. "Não é possível admitirmos que o governador descumpra a lei do Piso, que é uma lei federal e também não cumpra a lei 21.710/15, que ele próprio sancionou, se comprometendo a pagar o Piso Salarial, em 2018", afirmaram educadores e educadoras ao longo da caminhada.

A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, lembrou a trajetória de lutas para que a categoria pudesse conquistar o Piso Salarial, ressaltando que essa é uma luta que vem se arrastando por mais de dez anos. "Abrimos mão de muita coisa, aceitamos uma negociação por etapas, com incorporação de abonos gradativos, o Piso de início da carreira na licenciatura plena, quando o projeto da Lei federal fala em nível médio de escolaridade, enfim, mostramos ao governo do Estado que estávamos dispostos a negociar. Mas, não aceitamos mais pagar essa conta. O Piso é a dignidade na carreira que essa categoria espera".

# ESSA LUTA É NOSSA!

Ao longo da caminhada, os profissionais da educação foram ganhando apoio e adesão de movimentos sociais e populares. O Levante Popular da Juventude, com sua bateria animada, caminhou com os educadores desde a Praça do Trabalhador, em Contagem até a capital mineira. Mas, a caminhada também contou com o apoio de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Marcha Mundial de Mulheres, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), CUT/MG, vários sindicatos da base cutista, Sindirede, CSP-Conlutas, entre outros.

**Bernadete Monteiro**, da **Marcha Mundial de Mulheres**, levou o apoio deste movimento à marcha da educação e disse que esse segmento precisa ser valorizado. "Estaremos com vocês todas as vezes que estiverem em luta. Precisamos dizer a esse governo e às elites desse Estado, que acordo é para ser cumprido e que não aceitamos nenhum direito a menos!"

**Jonathan Hassen**, do **Levante Popular da Juventude**, parceiro de todos os momentos de lutas dessa greve e também ao longo de toda a Marcha, em nome do **Levante** cobrou do governador Fernando Pimentel que ele cumpra o que assinou e valorize a educação. "A educação merece respeito e o governador precisa honrar sua palavra, cumprir a lei!"



5/4/2018 - Marcha da Educação - Mais de 10km de Contagem a Belo Horizonte

## Sobre a Proposta de Emenda à Constituição sobre o Piso Salarial

Na última reunião do Comando Estadual de Greve e Assembleia Estadual realizados, no dia 04 de abril, foi iniciada a discussão sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a ser apresentada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. De acordo com a proposta, o Piso Salarial seria garantido na Constituição Estadual, eliminando assim a necessidade de projeto de lei específico anualmente.

Atualmente, a Lei Estadual 21.710/15 garante os reajustes do Piso Salarial determinados pelo Ministério da Educação no mesmo percentual e na mesma data determinados pela Lei Federal 11.738/08. No entanto, a atualização deve ser feita por meio de projeto de lei específico a ser enviado pelo Governador do Estado. Para retirar esta obrigatoriedade de envio de projeto de lei, a alternativa seria a PEC, que eliminaria esta exigência, tornando regra constitucional e aplicado sem qualquer outra exigência.

Confira ao lado a proposta que será discutida e definida pela categoria no próximo Comando de Greve e Assembleia Estadual. O texto repete o que está previsto na Lei Estadual 21.710/15 garantindo os reajustes para as 8 (oito) carreiras da educação.

### "PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

#### Acrescenta o art.201 – A à Constituição do Estado

#### A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

**Art. 1º - Fica acrescido à Constituição do Estado o seguinte art. 201-A:**

**"Art.201- A – O vencimento inicial das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Analista Educacional na função de inspetor escolar, das quais trata a Lei nº 15.293 de 2004, para as cargas horárias a que se refere a Lei nº 21.710, de 2015, não será inferior ao piso salarial profissional nacional previsto em lei federal.**

**Parágrafo único – Os valores do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, serão reajustados na mesma periodicidade e em decorrência de atualizações do valor do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 2008.**

**Art. 2º - Esta emenda à constituição entra em vigor na data de sua publicação.**



**Expediente:** Sind-UTE/MG  
Rua Ipiranga, nº 80 - Floresta - BH - MG  
Fone: (31) 3481-2020 - Fax: (31) 3481-2449

Diagramação Studium Eficaz - Fotos: Arquivos/Sind-UTE/MG e Gill de Carvalho

